



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

Aos 06 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 7, 8 e 9, relativas às reuniões de 15, 16 e 17 de dezembro de 2015, respetivamente.**
2. **Eleição de Vice-Presidente da CTSS indicado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista -Deputada Wanda Guimarães.**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - a) **Projeto de Lei n.º 8/XIII/1.ª (PCP): - Reposição dos feriados nacionais retirados;**
 - b) **Projeto de Lei n.º 3/XIII/1.ª (PS): - Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro;**
 - c) **Projeto de Lei n.º 20/XIII/1.ª (PEV): - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto);**
 - d) **Projeto de Lei n.º 33/XIII/1.ª (BE): - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos.**
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 55/XIII/1.ª (BE): - Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral.**
Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

5. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;"

6. Distribuição de iniciativas legislativas:
 - a) Projeto de Lei n.º 74/XIII/1.ª - Revoga o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas (PCP)
Deputado autor do parecer: GP do PS
 - b) Projeto de Lei n.º 75/XIII/1.ª - Exclui a existência de membros investidores e assegurando a democraticidade do funcionamento das cooperativas procedendo à primeira alteração do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, assegurando o cumprimento do artigo 82.º, n.º 4, alínea a) da Constituição da República Portuguesa (BE)
Deputado autor do parecer: GP do PS
 - c) Projeto de Lei n.º 77/XIII/1.ª - Cria o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado (PCP)
Deputado autor do parecer: GP do PS

7. Distribuição para conhecimento de iniciativas europeias não selecionadas pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, com prazo de 8 semanas:
 - a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à aproximação das disposições legislativas,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços [COM(2015)615] e documentos de trabalho associados.

Havendo interesse da CTSS no escrutínio desta iniciativa, o referido relatório deverá ser remetido à CAE até ao próximo dia 18 de janeiro (2.ªf).

- b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno [COM(2015)627] e documentos de trabalho associados.

Havendo interesse da CTSS no escrutínio desta iniciativa, o referido relatório deverá ser remetido à CAE até ao próximo dia 26 de janeiro (3.ªf).

8. Deliberação sobre metodologia a adotar em relação à redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 24/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes (PCP); 28/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários e dos seus familiares às concessões de transportes (BE); e 39/XIII (1.ª) - Recomenda ao Governo a reposição aos ferroviários das concessões dos transportes (PS);
9. Deliberação sobre metodologia a adotar em relação à discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM) (aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro);
10. Deliberação sobre metodologia a adotar para elaboração de parecer relativamente à Conta Geral do Estado de 2014. O parecer da CTSS deverá ser enviado à COFMA até ao dia 29 de janeiro de 2016.
11. Discussão do Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª - Recomenda ao Governo a revogação do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, relativo à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (PCP);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

12. Discussão do Projeto de Resolução n.º 52/XIII/1.ª - Propõe a prorrogação do prazo para a alteração de escalão de contribuição dos trabalhadores a recibo verde (BE);
13. Outros assuntos.

Previamente à Ordem do Dia, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) pediu a palavra para, no âmbito do ponto 4. da Ordem do Dia, fazer um ponto de ordem à Mesa, que se prende com as iniciativas legislativas que baixam a esta comissão e carecem de discussão pública. Tendo vindo a verificar-se atrasos injustificados na tramitação processual para assegurar este objetivo, afirmou a necessidade de tratamento destas situações como sempre aconteceu nesta e em todas as comissões parlamentares, de forma célere e eficaz. Afirmou que, reconhecendo que este processo não é automático e exige prazos mínimos, o atraso no seu tratamento prejudica o normal funcionamento da comissão e da possibilidade de agendamento para plenários dos respetivos diplomas.

Adiantou que o GP do PCP foi confrontado com o facto de o Projeto de Lei n.º 74/XIII/1.ª (PCP), que deu entrada a 10 de dezembro, foi admitido e baixou à 10.ª Comissão a 14 de dezembro ainda não ter sido remetido para apreciação pública à data desta reunião, 6 de janeiro. Tal traduz-se num prejuízo para a capacidade de intervenção da AR, da Comissão, dos grupos parlamentares .

Referiu ainda o exemplo do Projeto de Lei n.º 55/XIII/1.ª (BE), que deu entrada na Assembleia da República a 26 de novembro, foi admitido, anunciado e baixou à 10.ª Comissão a 27 de novembro, tendo-lhe sido distribuído a 9 de dezembro de 2015, ainda não foi submetido a apreciação pública à data a 6 de janeiro.

O GP do PCP lamenta esta situação e exige a necessidade de que tal não pode voltar a acontecer. Adiantou que, pela parte do GP do PCP tudo será feito para que assim que as iniciativas baixem à comissão, sejam imediatamente submetidas à apreciação pública.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

Por seu lado, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) solicitou o adiamento do ponto 5. para a reunião da próxima semana, o que foi aceite por consenso.

O Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) abordou uma questão conexas com a abordada pela Deputada Rita Rato (PCP), que lhe suscita algumas dúvidas sobre o procedimento legislativo. Trata-se de uma questão geral para a qual gostava de saber se há alguma jurisprudência consolidada mas que foi motivada pelo facto de, em 18 de dezembro de 2015, os textos iniciais dos Projetos de Lei n.ºs 8/XIII (PCP), 20/XIII (PEV) e 33/XIII (BE), que também pretendiam restabelecer como feriados obrigatórios as festividades religiosas "Corpo de Deus" e "Todos os Santos" (1 de novembro) terem sido substituídos a pedido dos respetivos autores. Tratando-se de alterações substanciais do objeto, que não são indiferentes do ponto de vista jurídico e, mesmo constitucional, questionou se o prazo de 30 dias continuaria a correr, se já foi feita alguma reflexão a esse respeito ou mesmo se já se verificou noutras Legislaturas e, em caso afirmativo, que solução foi dada.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE), embora não tendo ouvido desde o início a intervenção da Deputada Rita Rato (PCP), gostava de reforçar aquele que pensa ter sido o seu teor e que se prende com a possibilidade de colocar em apreciação pública de forma automática as iniciativas legislativas que o devem ser.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) disse que, para o GP do PS, e para o bom funcionamento da comissão, se deve manter a tradição de tão rapidamente quanto possível colocar os diplomas que disso carecem em apreciação pública.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) interveio para dar a posição do seu grupo parlamentar no que respeita ao tempo de envio para publicação das iniciativas que devem ser sujeitas a apreciação pública pela Comissão de Trabalho e Segurança Social dizendo que tudo tem corrido razoavelmente bem. Supõe que, no caso em apreço, haverá certamente uma justificação plausível para que tal tenha acontecido.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente interveio então para referir que, desde que tomou posse como presidente da Comissão, tem procurado acompanhar o trabalho da Comissão, mesmo quando por motivos de saúde esteve ausente. Clarificou que as decisões tomadas foram-no em tempo próprio e sem qualquer tipo de gestão política. Quanto ao Projeto de Lei n.º 55/XIII/1.ª (BE) afirmou que, por lapso, o mesmo só tinha sido enviado para apreciação pública no passado dia 4 de janeiro e que, tão breve quanto possível, seria publicado em separata. Concluiu dizendo que apenas com esta iniciativa sucedeu este atraso que, mal foi detetado, imediatamente se corrigiu e que em mais nenhum outro caso tal sucedeu.

1. Aprovação das atas n.ºs 7, 8 e 9, relativas às reuniões de 15, 16 e 17 de dezembro de 2015, respetivamente.

Submetidas à votação as atas n.ºs 7, 8 e 9 relativas às reuniões de 15, 16 e 17 de dezembro de 2015, respetivamente, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

2. Eleição de Vice-Presidente da CTSS indicado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista - Deputada Wanda Guimarães.

Foi eleita para primeira vice-presidente da 10.ª Comissão a Senhora Deputada do GP do PS, Wanda Guimarães.

3. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:

a) Projeto de Lei n.º 8/XIII/1.ª (PCP): - Reposição dos feriados nacionais retirados;

b) Projeto de Lei n.º 3/XIII/1.ª (PS): - Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro;

c) Projeto de Lei n.º 20/XIII/1.ª (PEV): - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto);

d) Projeto de Lei n.º 33/XIII/1.ª (BE): - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos.

Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer relativo aos projetos de lei supra identificados.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) para manifestar as mesmas dúvidas já levantadas a respeito de três das iniciativas legislativas objeto do parecer para concluir que, a bem da regularidade jurídica, formal e constitucional do processo legislativo, a matéria fosse clarificada para o futuro, independentemente da posição que cada Deputado tem relativamente a cada projeto de lei.

Também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou a Deputada autora do parecer pelo trabalho desenvolvido e lembrou aspetos do processo relativo à eliminação daqueles feriados na Legislatura passada, sublinhando que, nessa altura, PSD e CDS-PP fizeram letra morta dos contributos recebidos.

O Senhor Deputado Luís Soares (PS) informou que o GP do PS nada tinha a opor ao parecer elaborado pela Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), e reconheceu o esforço demonstrado.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) agradeceu a elaboração do parecer e disse concordar com as conclusões do mesmo, reservando a sua posição para a discussão em Plenário.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) agradeceu então as palavras que lhe foram dirigidas relativamente à elaboração do parecer.

Submetidos à votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados, com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 55/XIII/1.ª (BE): - Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral.
Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o parecer de sua autoria relativo ao Projeto de Lei n.º 55/XIII/1.ª (BE).

Interveio de seguida o Senhor Deputado José Soeiro (BE) para agradecer a elaboração do parecer e esclarecer que o GP do BE recolheu e acolheu os contributos do processo anterior no âmbito do Projeto de Lei n.º 648/XII/4.ª (BE). Disse que o seu grupo parlamentar tem a expectativa de que esta iniciativa possa vir a ser aprovada na presente Legislatura, o que possibilitará a existência de mais mecanismos para combater o trabalho forçado.

Também a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) cumprimentou a Deputada Rita Rato pelo rigor e eficácia do parecer.

Submetidos à votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados, com os votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD.

5. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;"

Este ponto foi adiado a pedido do GP do PS.

6. Distribuição de iniciativas legislativas:



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

- a) Projeto de Lei n.º 74/XIII/1.ª - Revoga o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas (PCP)

Deputado autor do parecer: GP do PS

Foi distribuído ao Senhor Deputado António Gameiro (PS).

- b) Projeto de Lei n.º 75/XIII/1.ª - Exclui a existência de membros investidores e assegurando a democraticidade do funcionamento das cooperativas procedendo à primeira alteração do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, assegurando o cumprimento do artigo 82.º, n.º 4, alínea a) da Constituição da República Portuguesa (BE)

Deputado autor do parecer: GP do PS

Foi distribuído ao Senhor Deputado Paulo Marques (PS).

- c) Projeto de Lei n.º 77/XIII/1.ª - Cria o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado (PCP)

Deputado autor do parecer: GP do PS

Foi distribuído à Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS).

7. Distribuição para conhecimento de iniciativas europeias não seleccionadas pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, com prazo de 8 semanas:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços [COM(2015)615] e documentos de trabalho associados.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno [COM(2015)627] e documentos de trabalho associados.

A Comissão tomou conhecimento das iniciativas europeias não seleccionadas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

8. Deliberação sobre metodologia a adotar em relação à redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 24/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes (PCP); 28/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários e dos seus familiares às concessões de transportes (BE); e 39/XIII (1.ª) - Recomenda ao Governo a reposição aos ferroviários das concessões dos transportes (PS);

Verificando-se não ser possível elaborar um texto único que contemplasse as partes resolutivas dos três projetos de resolução, foi aprovada a redação final de cada um dos projetos de resolução, com votos a favor do PS, BE e PCP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

9. Deliberação sobre metodologia a adotar em relação à discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM) (aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro);

Foi deliberado por consenso adiar este ponto para a próxima reunião da Comissão, desejavelmente como um dos últimos pontos da ordem do dia.

10. Deliberação sobre metodologia a adotar para elaboração de parecer relativamente à Conta Geral do Estado de 2014. O parecer da CTSS deverá ser enviado à COFMA até ao dia 29 de janeiro de 2016.

Foi deliberado atribuir este parecer ao GP do PSD, por ser o seguinte na lista de distribuição das iniciativas legislativas.

11. Discussão do Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª - Recomenda ao Governo a revogação do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, relativo à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (PCP);

Usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Sónia Fertuzinhos (PS), Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP), Adão Silva (PSD) e José Soeiro (BE) no debate sobre o Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª (PCP), do qual foi elaborada Informação com síntese das intervenções realizadas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

12. Discussão do Projeto de Resolução n.º 52/XIII/1.ª - Propõe a prorrogação do prazo para a alteração de escalão de contribuição dos trabalhadores a recibo verde (BE);

Usaram da palavra os Senhores Deputados José Soeiro (BE), Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Adão Silva (PSD) e Rita Rato (PCP) no debate sobre o Projeto de Resolução n.º 52/XIII/1.ª (BE), do qual foi elaborada Informação com síntese das intervenções realizadas.

13. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) referiu-se a um pedido de audiência urgente, dirigido à Comissão – e também aos grupos parlamentares, ao que supõe - pela FIEQUIMETAL, por causa da situação na Petrogal e da greve que termina no próximo sábado, dia 9 de janeiro. Sendo certo que o respetivo grupo de trabalho ainda não foi criado mas por ser da maior importância receber a referida Federação antes dessa data, deu conta da sua disponibilidade para ser dada uma resposta a este pedido, designadamente no dia seguinte, quinta-feira.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) confirmou a importância da criação do grupo de trabalho de audiências por si coordenado na anterior Legislatura, concluindo pelo seu bom funcionamento. Propôs que fosse criado tão breve quanto possível o Grupo de Trabalho de Audiências na Legislatura em curso para, de uma forma o mais célere possível, prosseguir o seu objetivo.

Também a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) corroborou o bom funcionamento do grupo de trabalho de audiências na anterior Legislatura e sugeriu a adoção de idêntica metodologia.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) associou-se a essa proposta e, relativamente à questão suscitada pela Deputada Rita Rato (PCP), disse estar disponível para participar na audiência em causa, desejavelmente na próxima quinta-feira.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente sugeriu então que fosse criado o grupo de trabalho de audiências, integrado por um Deputado de cada grupo parlamentar e coordenado por um Deputado do GP do PSD, de acordo com o método da maior representatividade parlamentar. Submetida à votação esta proposta, foi a mesma aprovada, com votos a favor do PSD, PS e BE e a abstenção do PCP.

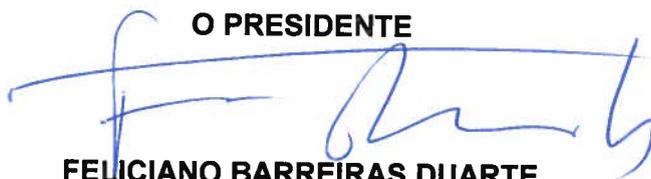
O Senhor Presidente solicitou que, o mais rapidamente possível, fosse dada indicação dos Deputados que vão integrar o referido grupo de trabalho, pedindo à Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) que, havendo condições para isso, procurasse consensualizar a realização da audiência solicitada pela FIEQUIMETAL durante a semana em curso. E informou que, doravante, será remetida semanalmente a todos os Senhores Deputados a lista atualizada dos pedidos de audiência.

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação áudio](#) parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 janeiro 2016.

O PRESIDENTE



FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 10/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Paulo Duarte Marques
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Carla Cruz
Diana Ferreira
Fátima Ramos
Francisco Rocha
Inês de Medeiros
Ivan Gonçalves
Jorge Falcato Simões
José António Silva
Laura Monteiro Magalhães
Maria da Luz Rosinha
Sandra Pontedeira

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Rui Riso

